

[Lições Adultos](#)[Lições Jovens](#)[Comentários](#)[Meditações Diárias](#)[Meditação da Mulher](#)[Inspiração Juvenil](#)[Dias](#)[Lição](#)[Auxiliar](#)

Lição 9 – LIBERDADE EM CRISTO

[José Carlos Ramos](#)

Liberdade é um tema por demais explorado. Ao longo de séculos e milênios, tem sido abordado por homens pensantes de todos os níveis, poetas, filósofos, mestres, literatos, políticos, etc. Todos, de fato, anseiam ser livres, pois o senso de liberdade está incorporado à natureza humana.

Mas há muita incompreensão em torno do assunto. Há os que imaginam que liberdade só existe quando toda e qualquer restrição é eliminada. "Quero fazer o que bem entendo", grita o filho aos pais, confrontado por regras estabelecidas para a preservação dos bons costumes. Todavia, mais cedo do que se pensa, a ilusão por liberdade sem restrições se desvanece, como prova a experiência de muitos jovens na escravidão das drogas.

Por outro lado, imagine o caos nos grandes centros se não existisse um código de trânsito; falta de lei é *anarquia*. De fato, a verdadeira liberdade só existe dentro dos limites da lei; que igualmente o digam aqueles que estão numa penitenciária amargando o fruto de seus crimes.

O pecado é o maior fator de *anarquia* e de *escravidão*. É por conta disso que só em Jesus há liberdade plena, pois "Ele Se manifestou para tirar os pecados" (1Jo 3:5) e colocar "ordem na casa". Esse é o quadro oferecido em Romanos 8, como é afirmado na introdução da lição: "Paulo continua explicando que essa liberdade foi adquirida a um custo infinito. Cristo, o Filho de Deus, que assumiu a humanidade – a única maneira de Ele Se relacionar conosco – Se tornou nosso exemplo perfeito e o substituto que morreu em nosso lugar... Como resultado, os requisitos justos da lei podem ser cumpridos em nós (v. 4). Em outras palavras, Cristo tornou possível a vitória sobre o pecado, bem como o atendimento aos reclamos positivos da lei." E nisso se efetiva a verdadeira liberdade.

I. Liberdade da condenação

Dizer que "nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus" (Rm 8:1), significa dizer que os que nEle estão foram justificados pela fé e estão salvos. Não andar "segundo a carne, mas segundo o Espírito" é o resultado dessa abençoada experiência. A justificação pela fé é algo dinâmico, que transforma a vida do crente e lhe dá o título da vida eterna.

A lição pergunta o que significa a fórmula "nenhuma condenação". Precisamente isto: "nenhuma condenação". É uma fórmula jurídica, pois o processo da justificação é também jurídico. Deus olha para aquele que se une a Cristo e não vê nele culpa; então, ao declará-lo inocente, o grande Juiz o isenta da pena capital imposta pelo pecado: a morte eterna (lembre que "o salário do pecado é a morte", conforme o apóstolo já declarara em 6:23).

A lição deixa claro como é possível essa reversão da situação do pecador: "condenado no passado como transgressor da lei, passa a estar perfeito à vista de Deus, como se nunca houvesse pecado, porque a justiça de Jesus Cristo o cobre completamente. Não mais existe condenação, não porque essa pessoa não tenha defeitos, esteja sem pecados, ou que seja digna da vida eterna (porque não é!), mas porque o registro da vida perfeita de Jesus toma o lugar da pessoa; assim, não existe condenação."

O segredo disso tudo é a pessoa estar "em Cristo", isto é, manter "uma união íntima e pessoal com" Ele, de modo que a vida de tal pessoa não mais seja votada e voltada para o pecado, mas vive a própria vida de Cristo, votada e voltada para a justiça (ver Gl 2:20; Rm 6:10-13). Cristo Se torna seu grande modelo; e o "modo de vida" dEle passa a ser "seu próprio modo" de vida.

Então, no verso 2, Paulo expõe a razão pela qual não há condenação para o crente em Cristo: "A lei do Espírito da vida em Cristo Jesus te livrou da lei do pecado e da morte." Paulo se referiu à "lei do pecado" em 7:23 e 25, e aqui ela é posicionada em antítese à "lei do Espírito da vida"; à "lei do pecado" o apóstolo juntou o complemento "e da morte" não somente porque esta segue o pecado num processo regular da causa e efeito ("o salário do pecado é a morte", 6:23), mas também por uma questão de contraste com "Espírito da vida". Assim, o paralelo antitético da cláusula positiva com a negativa é perfeito:

Cláusula positiva = "a lei do Espírito da vida"

Cláusula negativa = "a lei do pecado e da morte"

A questão é: a que ou a quem Paulo se refere com a fórmula "lei do Espírito e vida"? A lição afirma que é ao "plano de Cristo para salvar a humanidade"; mas, considerando que tudo o que Cristo fez nesse sentido se efetiva através da operação do Espírito Santo, o "Espírito da vida" mencionado por Paulo é, inegavelmente o Espírito Santo, não só porque Ele é criador da vida, mas porque, no contexto desta passagem, Ele é a própria vida (ver versos 10 e 11). Outra evidência desse fato é que a "lei do pecado" mencionada por Paulo significa o poder atuante que rege a vida de servidão ao pecado; assim a "lei do Espírito" deve ser entendida igualmente como o poder atuante que rege a nova vida daquele que recebeu a Cristo como Salvador.

II. O que a lei não pode fazer

Abordei as funções da lei em relação ao pecado e ao pecador no comentário da lição de 29 de julho. Ali ficou bem claro que salvar não é a função da lei; agora, segundo o texto da lição de hoje, Paulo afirma que isso lhe é "impossível" porque está "enferma pela carne", ou seja, transgredida. Nessa condição, uma lei apenas condena, jamais absolve; não pode justificar o transgressor, por mais que ele se esforce por obedecer-lhe.

Naturalmente, aquilo que era impossível à lei, Deus realizou particularmente pela morte de Seu Filho na cruz. Mas, à luz do texto em consideração na lição de hoje (Rm 8:3, 4), toda a vida que Jesus viveu desde a manjedoura de Belém até o Calvário foi essencial para a efetivação do ato salvífico de Deus. A lição toca esse ponto ao declarar: "É apropriado exaltar a cruz, mas, no resultado do plano de salvação, a vida de Cristo 'em semelhança de carne pecaminosa' também é extremamente importante."

A propósito, a fórmula "em semelhança de carne pecaminosa" não indica que Jesus assumiu, na encarnação, uma natureza humana decaída, e que Ele tinha, como nós, propensões para o pecado, como querem os perfeccionistas. Paulo não diz que Ele veio *em carne pecaminosa*, mas "em semelhança de carne pecaminosa". O termo não indica mera *aparência*, como queriam os docéticos, e tampouco é sinônimo de *equivalência* ou *igualdade*. Se fosse isso que o apóstolo queria dizer, ele teria empregado o termo *isos*, principalmente na forma neutra, *isa*, que ele mesmo empregou em Filipenses 2:6, afirmando que Jesus não é semelhante a Deus, mas é igual a Ele.

Mas, voltando à citação da lição, “a vida de Cristo ‘em semelhança de carne pecaminosa... é extremamente importante’ porque no processo da justificação pela fé não é apenas a morte de Jesus que é levada em conta; Sua vida de perfeita obediência é igualmente um componente decisivo, não apenas porque, se Cristo não cumprisse rigorosamente cada reivindicação da lei de Deus Ele não poderia nos salvar, mas acima de tudo porque, no ato de nos justificar, Deus atribui a nós a vida de perfeita justiça de Seu Filho, enquanto atribui a Ele nossa vida de pecados. Então, Ele precisava viver essa justiça perfeita. Esse processo divino, maravilhoso, resulta em duas consequências: (1) Jesus morreu em meu lugar, recebendo o que eu deveria receber; (2) recebo vida eterna, algo que só Jesus merece por nunca ter pecado.

Todo o processo que culmina com a justificação pela fé permite que o apóstolo afirme em 8:3 algo bastante significativo e ao mesmo tempo maravilhoso: enquanto a lei condena o pecador (subentendido em toda a exposição paulina até aqui), Deus condena não o pecador, mas o pecado. Mas se Ele condena o pecado, por que Aquele que nem mesmo conheceu pecado é que foi condenado? Porque Ele foi feito “pecado por nós” (2Co 5:21).

Não podemos jamais esquecer, todavia, que a justificação pela fé salva o pecador estando este *no pecado*, mas salva para *libertá-lo do pecado*. A justificação é *forense* (ou jurídica) em sua natureza, mas *ética* em seus resultados. Tão logo o pecador é justificado pela fé, começa a *santificação progressiva* do cristão. O grande alvo: tornar-se cada vez mais semelhante a Jesus. Assim como Ele foi obediente à lei, o cristão também o será. É por isso que, no verso 4, o apóstolo afirma que tudo o que fez Deus em Seu Filho e por Seu Filho, para salvar o pecador, ocorreu “a fim de que o preceito da lei se cumprisse em nós que não andamos segundo a carne, mas segundo o Espírito.”

Essa finalidade é entendida de duas formas distintas: *objetivamente* e *subjettivamente*. A primeira tem que ver, antes de tudo, com o que Cristo fez *por nós* ao morrer na cruz, pagando o preço da nossa redenção; e com o *benefício que auferimos* quando cremos nEle e O aceitamos como nosso Salvador pessoal. Em termos práticos como se viu acima, isso significa que, quando o pecador, crendo em Cristo, O recebe como Salvador, seus pecados são atribuídos a Jesus, enquanto a vida justa de Jesus é atribuída a ele. Então, diante da lei, Jesus aparece como aquilo que o pecador é, um transgressor e, portanto, morre; e o pecador aparece como aquilo que Jesus é, um justo e, portanto, vive.

Em outras palavras, assumindo Jesus a culpa do pecador, este, no momento em que crê nEle, é inocentado, absolvido, justificado, enquanto Jesus é condenado, e paga o preço da transgressão do pecador. Este pode ser absolvido, ou justificado, precisamente porque, no momento em que crê em Jesus, ele é considerado um cumpridor da lei, já que a vida justa de Jesus lhe é atribuída. Assim, o preceito da lei foi cumprido no pecador, e ele tem o direito à vida assegurada àquele que lhe obedece.

Como se entende o texto, a segunda forma tem que ver com o que Deus faz *em nós*, evidenciada pela nova vida que o pecador, uma vez justificado pela fé, vive pelo poder da graça nele operando. Paulo afirma nesse texto que o preceito da lei se cumpre em nós “que não andamos segundo a carne,” isto é, não satisfazendo os desejos pecaminosos, “mas segundo o Espírito,” ou seja, vivendo de acordo com a vontade de Deus, o que caracteriza a nova vida.

“Andar segundo o Espírito” nos levará à plena harmonia com a lei de Deus, que também é “espiritual” (7:14). Como criaturas nascidas de novo, e com a força que Jesus nos dá, palmilharemos o caminho da obediência. A linguagem de nossa vida será: “Quanto amo a Tua lei! É a minha meditação todo o dia” (Sl 119:97). Assim, o preceito da lei nele se cumpre. Com John Stott afirma: “...a lei só pode ser cumprida naqueles que ‘não andam segundo a carne, mas segundo o Espírito.’ ... A obediência é um aspecto necessário e possível do discipulado cristão. Embora a lei não possa garantir essa obediência, o Espírito pode” (*Romanos*, S. Paulo, SP: ABU Editora, 2000, p. 265).

Continua o referido autor evangélico: “...a santidade é o propósito supremo da encarnação e da expiação de Cristo. O objetivo de Deus ao enviar Seu Filho não foi apenas justificar-nos, livrando-nos da condenação da lei, mas também santificar-nos através da obediência aos mandamentos da lei... A santidade consiste em cumprir a justa exigência da lei... Romanos 7 insiste em dizer que não podemos guardar a lei porque a “carne” habita em nós. Romanos 8:4 diz que sim, nós podemos, porque somos habitados pelo Espírito de Deus. “Se relembrarmos a passagem inteira que vai de Romanos 7:1 até 8:4, o lugar constante da lei na vida do cristão deverá estar bem claro em nossa mente. Nossa libertação da lei (proclamada, por exemplo, em 7:4, 6 e em 8:2) não nos deixa livres para desobedecer a ela. Ao contrário, a obediência à lei por parte do povo de Deus é tão importante que Ele enviou Seu Filho para morrer por nós e Seu Espírito para viver em nós, a fim de assegurar essa obediência” (*Ibid.*, p. 266, 267. Repetindo: não é um adventista que diz isso, mas um escritor evangélico.

Observemos, porém, que a preposição usada por Paulo em Romanos 8:4 é “*em*” (“preceito da lei cumprido *em* nós”), não “*por*” (“preceito da lei cumprido *por* nós”) porque mesmo na segunda forma de compreensão do que Paulo afirma, o cumprimento da lei não é um ato exclusivo do crente; é ato do Espírito Santo nele.1 Isto está em plena harmonia com o que o apóstolo afirma em outro texto: “Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie. Pois somos feita dEle, criados em Cristo Jesus para boas obras [obediência aos preceitos divinos], as quais Deus de antemão preparou para que andássemos nelas” (Ef 2:8-10). Obediência, assim considerada, é um ato de Deus no crente, assim como sua própria salvação.

III. A Carne contra o Espírito

O título de hoje relembra que a vida cristã é uma batalha. Abordei esse fato no comentário de 19 de agosto, a partir do sexto parágrafo, principalmente como ele é referido em Gálatas. Em Romanos 8:5 e 6, Paulo fala a esse respeito salientando particularmente o papel do ser humano para que a vitória seja do bem ou do mal. Tudo é uma questão de *se inclinar*, o que define inequivocamente um comportamento humano. Um processo de *ação, reação* (ambas humanas) e *resultado* (evidentemente não de origem humana) é estabelecido: “... os que se inclinam para a carne [ação] cogitam das coisas da carne [reação]; mas os que se inclinam para o Espírito [ação], das coisas do Espírito [reação]. Porque o pendor da carne dá para a morte [resultado], mas o do Espírito, para a vida e paz [resultado].”

A atitude que determina a reação e o resultado é definida pelo reflexivo *inclinarse*. O segredo para a vida é inclinar-se para o Espírito. Mas como é isso possível? Só através do próprio Espírito, porque, naturalmente, os que são regidos pela carne jamais se inclinarão para o Espírito. O segredo, então, é ser regido pelo Espírito (no verso 15, são filhos de Deus aqueles “que são guiados pelo Espírito de Deus”). Observemos que Paulo fala, no verso 6, do “pendor [ou inclinação] do Espírito”, não precisamente do ser humano. É que a comunhão do seguidor de Jesus com o Espírito Santo se torna tão íntima, Sua direção tão plena, que ocorre uma perfeita unidade do cristão com Ele, ao ponto em que o ato de se inclinar se torna, então, a própria ação do Espírito na vida humana. No último parágrafo do comentário de ontem afirmé que os atos de justiça do crente (e inclinar-se para o Espírito é um ato de justiça) não são atos propriamente do cristão, mas de Deus nele.

Muito bem; como, então, se desfruta a experiência de ser regido, ou guiado, pelo Espírito Santo? Através de uma consagração diária, colocando-nos nas mãos do Espírito, entregando-nos a Ele e permanecendo vigilantes para não pensar, nem falar e agir a não ser pela direção dEle. Uma vida de contínua comunhão com Deus nos facultará essa bênção. Alguém chegou a orar no começo do dia dizendo a Deus que era melhor deixar de viver se não pudesse contar, naquele dia, com a direção do Espírito Santo. Certamente, quando se chega a esse ponto, de considerar a comunhão com Deus mais importante que a própria vida, o coração humano está plenamente aberto para a recepção do Espírito.

Os versos 7 e 8 são satisfatoriamente comentados na lição. Eu acrescentaria apenas quatro pontos que, em minha maneira de ver, exigem atenção:

- (1) “...o pendor da carne é inimizade contra Deus”. Na teologia paulina, não é apenas o ato pecaminoso que é pecado. Este começa com a possessão da natureza carnal, responsável pela inclinação pecaminosa que domina o pecador;
- (2) “...não está sujeito à lei de Deus.” Esta é a infalível evidência de uma pessoa ser ou não carnal: como ela considera a lei de Deus? Mantém ela uma relação de obediência para com os mandamentos? A resposta negativa indica que ela ainda não foi libertada por Cristo, por maior profissão de fé que sustente.

(3) "...nem mesmo pode estar." Mais uma vez Paulo deixa clara a impossibilidade do homem, contando apenas com seus recursos, fazer a vontade de Deus, ou cumprir Seus mandamentos. Por natureza ele é carnal, e, nessa condição, ele "não pode" se sujeitar à lei de Deus (o grego aqui indica incapacidade).

(4) "... não podem agradar a Deus." A incapacidade humana é reiterada, ao tempo em que fica estabelecido que agrada a Deus a pessoa deixar de ser carnal, pela presença interior e domínio do Espírito Santo, e se sujeitar à Sua lei. Isso é o que Deus espera de cada um de nós.

IV. O Espírito em nós

No comentário de ontem salientei a importância da comunhão contínua com Deus para a vitória na vida cristã. Amplia esse fato a lição de hoje, que menciona ainda ocorrer uma "luta contra o pecado" depois da conversão.

E não há como entreter comunhão com Ele a não ser pela presença e operação interna do Espírito em nós. A maneira de uma pessoa se livrar do domínio carnal (condição fundamental para uma perfeita comunhão com Deus) é abrindo o coração para ser habitado pelo Espírito Santo. É por isso que Paulo diz no verso 9: "Vós... não estais na carne, mas no Espírito, se de fato o Espírito de Deus habita em vós." Como a lição afirma em seu início, "não existe meio-termo."

Aqui tem que haver uma reciprocidade perfeita: a única maneira de *estar no Espírito* é o Espírito *estar em nós*. Não há como você estar no Espírito sem que o Espírito esteja em você, da mesma forma que não há como você receber o Espírito sem que você esteja no Espírito. E, como vimos, receber o Espírito nos transformamos de carnis em espirituais, e isso é demonstrado pela submissão à lei de Deus. Portanto, se alguém declara que recebe o Espírito Santo, mas é desobediente aos mandamentos de Deus, ele está recebendo qualquer outra coisa, menos o Espírito Santo. E o mais trágico é que "se alguém não tem o Espírito de Cristo, esse tal não é dEle" (v. 9).

O verso 10 completa o pensamento do 9, dando-nos a entender que Jesus está em nós pela presença do Espírito Santo. Como a lição observa, o Espírito Santo é o representante de Cristo, e, por meio dEle, Cristo habita no cristão. Isso é demonstrado também no fato de que o efeito de Cristo habitar no coração humano é o precisamente aquele produzido pela habitação do Espírito: a pessoa deixa de ser carnal e se torna espiritual, ou nos próprios termos do verso 10, "o corpo está morto por causa do pecado, mas o espírito é vida por causa da justiça."

Paulo fala aqui da morte do corpo, mas não em sentido físico/literal, mesmo porque a pessoa que tem Jesus como Salvador continua viva com seu corpo. Claro que o sentido é espiritual, e Paulo repete, com essas palavras, a necessidade de se morrer para o pecado e ressurgir para a justiça (6:11), algo que só se consegue com a aceitação de Jesus. Ele está afirmando que a habitação de Cristo numa pessoa, naturalmente pela presença do Espírito Santo, faz com que ela deixe de ser carnal para ser espiritual. Então, no fim do verso 11, ele completa o quadro declarando que este corpo, que "está morto por causa do pecado", é vivificado por meio da habitação do Espírito. Em outras palavras, mesmo o corpo *formado de carne* passará então a contribuir para com a natureza espiritual daquele que se rendeu a Cristo. Tudo isso é possível porque os clamores pecaminosos da carne são colocados em sujeição à operação do Espírito Santo.

No verso 12 Paulo afirma que não temos nenhuma obrigação com a carne porque não lhe devemos coisa alguma. Não iremos nos comprometer com ela, porque ela não tem nada a requerer de nós. Se estamos sob o domínio do Espírito, ela não pode exigir que cumpramos seus caprichos, o que resultaria apenas em morte. Nosso débito é apenas para com Deus, e a Ele dedicaremos o empenho por mortificar, pelo poder do Espírito, "os feitos do corpo", o que resultará em vida (v. 13). Assim, a contínua direção do Espírito manterá nossa filiação com Deus (v. 14); ser guiado pelo Espírito Santo e perseverar na salvação se relacionam em termos de causa e efeito.

Antes de passar para o comentário de amanhã, mais uma ponderação: É interessante notar que o Espírito Santo, referido algumas vezes neste capítulo apenas como "o Espírito", é identificado como "o Espírito de Cristo" no verso 9 e o Espírito do Pai no verso 11. Os antitrinitarianos, que insistem em permanecer em nosso meio, se valem de comparações desse tipo nas Escrituras para afirmar que a terceira pessoa da Divindade não é outro senão o próprio Jesus, ou então o Pai. Com isso, contestam o claro testemunho bíblico que distingue cada uma das três pessoas da Trindade.

Além do fato de que o Espírito Santo procede tanto do Pai como do Filho (e assim pode ser aludido como Espírito do Pai, ou Espírito do Filho), os tais dissidentes ignoram que existe uma identidade essencial no seio da Divindade no que toca às três pessoas, considerando que a mesma substância divina é possuída indistintamente pelo Pai, pelo Filho e pelo Espírito. Assim, onde uma delas está pessoalmente presente, as outras estão essencialmente. Isso ficou evidente ao Jesus prometer à igreja a vinda do "outro Consolador": Os crentes receberiam o Espírito Santo no coração, e através dessa ditosa experiência, o Pai e o Filho fariam morada neles (João 14:16, 17, 23).

V. Adoção contra a escravidão

Embora Paulo afirme em Rm 6:16-22 que pela salvação em Cristo deixamos de ser escravos do pecado para sermos escravos da justiça e de Deus, em 8:15 ele afirma que não é com outro tipo de escravidão que Ele nos agracia. Devemos entender ambos os textos em seu próprio contexto. O do primeiro salienta os *deveres* daquele que foi libertado da escravidão do pecado. O do segundo, os *direitos*. Normalmente, um escravo não tem direitos. Como a lição diz, "não ganha nada por seus longos anos de serviço." Mas o escravo de Deus tem, porque, antes de tudo, Ele é Seu filho.

Paulo, antes, falou do novo relacionamento com Deus em termos de uma nova escravidão talvez pela imaturidade espiritual de seus leitores: ("... por causa da fraqueza da vossa carne...", 6:19). Mas ele assim declarou acima de tudo por objetivar estabelecer um paralelo com a anterior situação de escravidão sob o pecado, e visando estimulá-los à prática da justiça, prática que sumaria os deveres do seguidor de Jesus. Isso é o que se observa com uma leitura mais atenta de 6:19: "Assim como oferecestes os vossos membros para a escravidão da impureza, e da maldade para a maldade, agora os vossos membros para servirem a justiça para a santificação." No grego, a expressão sugere a ideia de servir como escravo: "oferecei agora os vossos membros como escravos da justiça..."

Como já afirmei, o contexto de 8:15 tem que ver não tanto com deveres mas com os direitos do seguidor de Jesus. Paulo acabara de afirmar que "os que são guiados pelo Espírito de Deus são filhos de Deus." Que privilégio!

Em seguida, ele menciona que, por causa disso, não vivemos atemorizados. De fato, o filho não tem medo do pai amoroso. Sermos filhos por adoção é outro privilégio, pois pode ocorrer que um filho natural seja gerado por acidente, isto é, a contragosto daquele que o gerou. Mas isso não ocorre no caso da adoção, porque ela será sempre espontânea e fruto do amor. Adotados por Deus, podemos chamá-Lo *Aba*, a carinhosa forma aramaica com que um filhinho amado se dirige ao genitor (corresponderia ao nosso "papai", ou como se diz na Bahia, *pairho*). Adicione-se a tudo isso o fato de que o Espírito continua sua gratificante ação agora confirmando em nossa consciência o *status* de "filho de Deus" (v. 16).

Finalmente, Paulo afirma que, "se somos filhos, somos também herdeiros" (v. 17). Para receber uma herança você não precisa *fazer* algo; você precisa *ser*, ser filho. E isso é o que somos pela graça de Deus. E mais que herdeiros, somos "co-herdeiros com Cristo", o que pressupõe que Ele é nosso irmão; Seu Pai é nosso Pai também. O apóstolo, então, chega ao ápice quando declara que com Cristo seremos "glorificados". Mas para tanto, precisamos estar dispostos a sofrer com Ele. Isso também é privilégio, porque sofrer com Cristo e por Ele é bênção (veja a citação de Ellen G. White extraída do *SDABC* e registrada na lição de sexta-feira).

A consciência da filiação divina manterá em nossa mente a perspectiva da adoção final, culminante: "a redenção do nosso corpo" (v. 23) a ocorrer por ocasião da segunda vinda de Jesus: "Pois a nossa pátria está nos Céus, de onde também aguardamos o Salvador, o Senhor Jesus Cristo, o qual transformará o nosso corpo de humilhação, para ser igual ao corpo de Sua glória, segundo a eficácia do poder que Ele tem de até subordinar a Si todas as coisas" (Fp 3:20 e 21).

1. Inadequadamente, a *Bíblia na Linguagem de Hoje* verte o texto com o emprego da preposição "por", e não da preposição "em".